DEBATES
EM EDUCAÇÃO
ISSN: 2175-6600

Ensino de Educação Moral e Cívica no Brasil: a pesquisa acadêmica sobre livros didáticos

Teaching of Moral and Civic Education in Brazil: academic research on textbooks

Enseñanza de Educación Moral y Cívica en Brasil: la investigación académica sobre libros de texto

Francisco das Chagas Silva Souza [1]
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Brasil.

José Gerardo Bastos da Costa Júnior [2]
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Brasil.

Resumo
A partir da indagação "O que a produção acadêmica, em Programas de Pós-Graduação (PPG) tem discutido acerca dos conteúdos e dos usos de livros didáticos de Educação Moral e Cívica (EMC)?", foi realizado um estado do conhecimento no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. Foram selecionados 15 trabalhos para serem analisados qualitativamente. Todas as pesquisas reforçaram o caráter ideológico desse material com vistas a formar sujeitos obedientes, disciplinados e patriotas. Porém, algumas dissertações revelaram que, no espaço escolar, distante dos mecanismos de controle, houve docentes que afirmaram não ter seguido integralmente os conteúdos dos livros de EMC e usaram suas aulas para despertar a criticidade dos alunos.
Palavras-chave: Educação Moral e Cívica. Livro Didático. Ditadura Civil-Militar.

Abstract
Starting from the question, *"What has academic research in Graduate Programs (PPG) discussed regarding the contents and uses of Moral and Civic Education (EMC) textbooks?"*, this study conducted a state-of-the-art review using the Capes Theses and Dissertations Catalog and the Digital Library of Theses and Dissertations. Fifteen works were selected for qualitative analysis. All the studies emphasized the ideological nature of these materials, aimed at shaping obedient, disciplined, and patriotic subjects. However, some dissertations revealed that, within the school environment—away from direct mechanisms of control—some teachers reported not strictly following the EMC textbook content and instead used their classes to foster students' critical thinking.
Keywords: Moral and Civic Education. Textbook. Civil-Military Dictatorship.

Resumen
A partir de la pregunta "¿Qué ha discutido la producción académica, en los Programas de Posgrado (PPG), sobre los contenidos y usos de los libros de texto de Educación Moral y Cívica (EMC)?", se realizó un estado del conocimiento en el Catálogo de Tesis y Disertaciones de Capes y en la Biblioteca Digital de Tesis y Disertaciones. Se seleccionaron 15 trabajos para ser analizados cualitativamente. Todas las investigaciones reforzaron el carácter ideológico de este material, orientado a formar sujetos obedientes, disciplinados y patriotas. Sin embargo, algunas disertaciones revelaron que, en el espacio escolar, lejos de

[1] Doutor em Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-9721-9812. E-mail: chagas.souza@ifrn.edu.br.
[2] Mestre em Ensino. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-8428-2281. E-mail: gerardo.junior@ifrn.edu.br.

https://doi.org/10.28998/2175-6600.2026v18n40.20192
Submetido em: 25/10/2025
Aceito em: 26/07/2026
Publicado: 11/11/2026
Artigo publicado sob a Licença Creative Commons 4.0

los mecanismos de control, hubo docentes que afirmaron no haber seguido íntegramente los contenidos de los libros de EMC y utilizaron sus clases para despertar el pensamiento crítico de los estudiantes.
Palabras clave: Educación Moral y Cívica. Libro de texto. Dictadura civil-militar.

1 INTRODUÇÃO

O dia 31 de março de 1964 marcou a história política do Brasil. Apoiados por setores civis da sociedade e pelos Estados Unidos, os militares deram um golpe de Estado, destituíram o então Presidente João Goulart, e, apesar de fazerem acreditar que estavam tomando o Executivo apenas para, em pouco tempo, manter a "ordem" e "salvar a democracia", mantiveram-se no poder por 21 anos. O apoio de importantes setores conservadores da sociedade civil explica o porquê desse golpe ser adjetivado de "civil-militar" (Fico, 2014).

Um conjunto de fatores estruturais e conjunturais, no Brasil e no mundo, na segunda metade do século passado explicam a ocorrência do golpe, não o associando apenas às crises política e socioeconômica brasileiras à época. Saviani (2011) o associa às tensões surgidas após a Segunda Guerra Mundial, com a chamada Guerra Fria. Nesse cenário, foi criada, no Brasil, em 1949, a Escola Superior de Guerra (ESG), seguindo o modelo norte-americano do *National War College*. Com isso, inaugurou-se um período marcado pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Segundo esse autor, o principal mentor da ESG e da DSN foi o General Golbery do Couto e Silva, que se empenhou para que, durante a Ditadura Civil-Militar, fosse adotada uma política de "desenvolvimento com segurança".

Desse modo, a ditadura que se instalou em 1964 buscou exercer o seu poder não apenas pela força, com prisões de opositores ao regime e a vigilância intensiva sobre a produção cultural, mas também mediante o controle da educação. Isso explica a perseguição a professores e estudantes conforme mostram estudos de Cunha e Góes (1988), Fico (2014), Napolitano (2021), dentre outros.

Por ser o currículo objeto de disputas e de tensões ideológicas que reverberam na vida dos sujeitos em formação, não surpreende as mudanças, no âmbito educacional, realizadas pelo Estado, para controlar os estudantes e as práticas docentes de modo a promover uma educação que melhor se adequasse aos interesses do regime. A iniciativa de alterar a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1961, pelo Decreto-Lei nº 869/1969, que

tornou obrigatório o ensino da disciplina Educação Moral e Cívica (EMC), foi um exemplo claro disso.

Contudo, o exercício desse controle não poderia ficar apenas pela imposição de uma lei. Era preciso outras medidas, como o fomento à publicação e divulgação de livros didáticos dessa disciplina para as escolas de 1º e 2º graus, como assim ficou chamada a educação básica a partir da Lei nº 5.692/1971. Isso se explica pelo fato desse material didático intermediar as instâncias produtoras do conhecimento e o processo pedagógico, daí o porquê de haver seções sistematicamente repetidas, estabelecimento do programa, organização dos conteúdos e elaboração dos exercícios, pautando o cotidiano das aulas e, por vezes, assumindo as responsabilidades do professor (Carvalho Neto, 2015).

Considerando a importância do livro didático na difusão de conteúdos conforme as políticas de currículo (Munakata, 2012), e dada a vasta produção acadêmica nos Programas de Pós-graduação (PPG) no Brasil sobre o ensino de EMC, procuramos responder a seguinte indagação: O que a produção acadêmica, nos PPG, tem discutido acerca dos conteúdos e dos usos de livros didáticos dessa disciplina?

Norteados por tal questionamento, realizamos uma pesquisa do tipo estado do conhecimento em duas bases de dados: o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), cujo percurso metodológico será tratado adiante.

2 EDUCAÇÃO E CONTROLE SOCIAL: EMC E LIVROS DIDÁTICOS

Consoante a DSN, para a segurança interna do governo instalado, em 1964, era necessária uma organização deste, de tal forma que o planejamento se constituísse em uma preocupação central para o desenvolvimento econômico. Os presidentes militares, ao perceberem a educação como um instrumento estratégico para a legitimação da ordem, buscaram expandir a rede escolar no período com vistas a atender dois objetivos: manter o controle político-ideológico nas universidades e, consequentemente, na escola, e formar mão de obra qualificada para que o país pudesse crescer.

> Diante das contradições internas da sociedade brasileira e do processo de modernização capitalista, evidenciava-se a preocupação das camadas dirigentes com a oferta de uma educação que limitasse a formação dos trabalhadores ao mínimo indispensável – reduzindo, ao mínimo possível, os custos da mão de obra, sem abrir mão do controle ideológico para a manutenção da ordem. Consoante a esse objetivo, a formação dos filhos da classe trabalhadora, do ponto de vista do capital, não necessitava de uma escola que formasse indivíduos “críticos” a ponto de compreenderem a historicidade do capitalismo ou o caráter de uma sociedade de classes. Não é casual que as medidas implementadas pela ditadura

> contribuíram para o esvaziamento das Ciências Humanas (Gomes; Nascimento, 2021, p. 11).

Cinco anos após a instalação da Ditadura Civil-Militar no Brasil, o Decreto-Lei nº 869/1969 instituiu a EMC, como disciplina obrigatória e prática educativa, em todas as modalidades dos sistemas de ensino do país (Brasil, 1969). Entretanto, é importante destacar que os princípios da educação cívica, moral e religiosa, com vistas à formação de um sujeito patriota e obediente, já estavam presentes nos projetos educativos criados logo após a Proclamação da República, em 1889, e ao longo do século XX (Cruz, 1982).

Para Chervel (1990), uma disciplina, ao ser constituída, necessita de uma estruturação organizada quanto à sua gênese, o que significa pensar sobre a sua produção, finalidade e modo como se dará o seu funcionamento. Portanto, uma disciplina controla o espírito por meio de métodos e regras para um domínio de pensamento, conhecimento e arte, possuindo uma amplitude e uma forte influência nos sistemas de ensino. Logo, uma disciplina escolar precisa ser considerada em toda sua amplitude, pois "[...] comporta não somente as práticas docentes da aula, mas também as grandes finalidades que presidiram sua constituição e o fenômeno de aculturação de massa que ela determina" (Chervel, 1990, p. 184).

Considerando as palavras de Chervel (1990), apresentamos, a seguir, as finalidades formativas da disciplina EMC, consoante o artigo 2º do Decreto-Lei nº 869/1969:

> a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade sob a inspiração de Deus;
> b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
> c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
> d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições, e aos grandes vultos de sua história;
> e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
> f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País;
> g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas, com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
> h) o culto à obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade (Brasil, 1969).

A disciplina EMC era um dos meios usados pelo governo militar para fortalecer o patriotismo e a obediência às leis, além de formar sujeitos comprometidos com o trabalho, concebido como necessário ao progresso do país. Os problemas sociais eram naturalizados, pois a "construção do bem comum" pressuponha que todos tinham as

mesmas condições e direitos, negando-se, assim, os conflitos e as desigualdades sociais. O apelo religioso servia para reforçar a subserviência, a disciplina e a manutenção da ordem, afinal, um bom cristão não poderia ser rebelde. A democracia, embora não existisse na prática, estava presente nos discursos como contraponto a um suposto comunismo.

Em 1971, a disciplina EMC contou com duas importantes legislações para o seu funcionamento: o Decreto-Lei nº 68.065/1971 e a Lei nº 5.692/1971. O primeiro regulamentou o Decreto-Lei nº 869/1969 e estabeleceu as normas de aplicação da disciplina, enfatizou os seus objetivos e elencou as atribuições da Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC), responsável pela organização e fiscalização dos livros didáticos (Brasil, 1971a). Já a Lei nº 5.692/1971 introduziu profundas mudanças no ensino de 1º e 2º graus no país e reafirmou a implantação da EMC no currículo escolar (Brasil, 1971b).

Conforme Jacomeli (2010), com tais legislações, a Ditadura buscava forjar um cidadão obediente, ordeiro e pacífico. Para tanto, os Estudos Sociais, que englobavam as disciplinas História e Geografia, em conjunto com as disciplinas EMC e Organização Social e Política do Brasil (OSPB), assumiram a função de inculcar os valores sociais desejáveis pelo governo. Os livros didáticos, uma vez aprovados pela censura, cumpririam o seu papel com o recurso não só de um conteúdo conservador, mas com imagens em que a ordem, a obediência e o civismo já estavam presentes desde as suas capas, como observaram Costa, Souza e Silva (2021).

Para Silva (2012, p. 805), a permanência dos livros didáticos, como parte integrante do cotidiano escolar de várias gerações de alunos e professores, explica-se pela capacidade que editores e autores demonstraram “[...] de adaptar o livro didático às mudanças de paradigmas, alterações dos programas oficiais de ensino, renovações de currículos e inovações tecnológicas”.

O comentário de Silva (2012) coincide com os de Munakata (2012). Para ele, os manuais didáticos são uma mercadoria e a escola é o mercado específico de sua destinação: “Não se pode abstrair do livro – e do livro didático – a determinação de que ele é, antes de tudo, produzido para o mercado” (Munakata, 2012, p. 184). Entretanto, este autor pondera sobre a necessidade de se furtar às simplificações maniqueístas, pois, afinal, também as obras que condenam o capitalismo e o mercado são produtos da indústria cultural.

Consoante Choppin (2004), historicamente, os livros didáticos assumiram quatro modos de utilização, a saber: 1- Função referencial, ao serem vistos enquanto

depositários de conhecimentos, técnicas ou habilidades que um grupo social entende serem necessários para as novas gerações; 2- Função instrumental, ao praticarem métodos de aprendizagem, proporem exercícios ou atividades com fins de memorizar os conhecimentos, adquirirem as competências disciplinares ou transversais, apropriarem-se de habilidades, de métodos de análise ou de resolução de problemas etc.; 3- Função ideológica ou cultural, pela tendência que essas obras têm explícita ou implicitamente de aculturar (ou, em alguns casos, doutrinar) as novas gerações; e 4- Função documental, ao se crer que as obras fornecem, sem que sua leitura seja dirigida, uma série de documentos, textuais ou icônicos, com fins de desenvolver o espírito crítico do aluno.

Valh e Peres (2017), ao estudarem a distribuição de livros didáticos pelo Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (Plidef) , constataram que os dois períodos em que o Instituto Nacional do Livro (INL), criado em 1937, recebeu mais investimentos foram aqueles de maior autoritarismo no país: o Estado Novo (1937-1945) e a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), logo “é possível associar a necessidade de controle de produção cultural com a envergadura do investimento político e financeiro na instituição por parte do governo federal” (Valh; Peres, 2017, p. 567).

O Plidef, dentre outras funções, distribuía livros para alunos considerados carentes e barateava o valor para o demais público. Conforme as autoras em tela, houve uma militarização de todos os setores do Estado, inclusive em cargos que deveriam estar fora da competência de integrantes das Forças Armadas: “[...] os dois Ministros da Educação e Cultura, ao longo do funcionamento do Plidef/INL, tinham relações estreitas com o Exército: Jarbas Passarinho (1969-1974) havia sido tenente-coronel e Ney Braga (1974-1978), primeiro-tenente” (Valh; Peres, 2017, p. 572)

As pesquisadoras constataram que o recurso investido em produção e distribuição de livros didáticos, nos primeiros anos da década de 1970, chegou a um montante de Cr$ 320.887.000,00, um valor “[...] equivalente, no período, a 41.782.161 vezes o valor do salário mínimo” (Valh; Peres, 2017, p. 582). Apesar desses números elevados, as autoras destacam que a média de produção total de livros pelo Plidef/INL foi inferior à metade da população escolar do ensino de 1º grau (cerca de 46,09%), logo, não foi suficiente para atender a todos os estudantes matriculados no ensino público brasileiro.

A influência do Estado Militar sobre a educação e, com efeito, sobre o livro didático, foi também estudada por Sepúlveda (2010, p. 15) ao analisar o papel da ESG no campo educacional brasileiro. Em sua tese, defendeu que a concepção de regeneração moral “[...] se difundiu dentro do campo militar e se reorganizou dentro da ESG, servindo de

base para a entrada dos interesses militares dentro do campo educacional, culminando no estabelecimento da disciplina escolar Educação Moral e Cívica". O pesquisador, baseado no conteúdo da revista "A Defesa Nacional", publicada pela ESG, apresenta o posicionamento desta quanto ao ensino de EMC:

> [...] com introdução dessa disciplina, podemos começar a pensar em introdução de valores, como democracia, amor a Deus e à Pátria, como forma de *inculcar em nossas crianças* tudo que é necessário à formação de uma juventude saudável e consciente de seus deveres sociais. A solução começa nas escolas! (A defesa nacional*,* 1968, *apud* Sepúlveda, 2010, p. 223, grifo nosso).

Vê-se, no discurso acima, uma síntese dos objetivos da disciplina EMC, elencados anteriormente, o que evidencia a influência direta da ESG e da DSN no seu delineamento. O destaque quanto à inculcação de ideias e valores com vistas a formar "jovens saudáveis e conscientes" leva-nos a ponderar sobre os fins dessa disciplina e sua relação com a concepção de cultura escolar formulada por Julia (2001, p. 10): "um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos [...]".

No entanto, diante das críticas que geralmente os livros didáticos recebem na academia, Bittencourt (2008, p. 300-301) pondera: "[...] o problema de tais análises reside na concepção de que seja possível um livro didático ideal, uma obra que seja capaz de solucionar todos os problemas do ensino, um substituto do trabalho do professor". Ao contrário disso, realça que: "O livro didático possui limites, vantagens e desvantagens, como os demais materiais dessa natureza e é nesse sentido que deve ser analisado".

3 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A resposta ao questionamento que fizemos na introdução deste artigo ensejou uma pesquisa que pode ser enquadrada como um estado do conhecimento, ou seja, "o estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado [...]", conforme Romanowski e Ens (2006, p. 40). Segundo essas autoras, as pesquisas denominadas estado da arte são mais abrangentes e envolvem a consulta em vários setores (dissertações, teses, periódicos, anais de congressos).

A investigação ocorreu na primeira quinzena de outubro de 2025, sendo o percurso metodológico dividido em quatro etapas. Na primeira, levantou-se, no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), trabalhos produzidos em PPG a respeito dos livros de EMC. Foram usados os seguintes termos de busca: "Educação Moral e Cívica" AND "Livro Didático"; "Educação Moral e

Cívica" AND "Livros Didáticos"; "Educação Moral e Cívica" AND Manual; "Educação Moral e Cívica" AND "Manuais Didáticos"; "Educação Moral e Cívica" AND "Manual Didático", ou seja, primou-se pelo rigor ao se utilizar termos no singular e no plural. É importante frisar que, dado o objetivo da pesquisa, não foi delimitado nenhum tipo de filtro relacionado à época das produções, à área de avaliação do PPG e ao tipo do trabalho, se tese ou dissertação. Na Tabela 1, apresentamos o número de trabalhos encontrados.

Tabela 1: Quantitativo de trabalhos encontrados por bases de pesquisa

Termo de busca	Catálogo da Capes (Nº)	BDTD (Nº)
"Educação Moral e Cívica" AND "Livro Didático"	22	16
"Educação Moral e Cívica" AND "Livros Didáticos"	23	16
"Educação Moral e Cívica" AND Manual	02	01
"Educação Moral e Cívica" AND "Manuais Didáticos"	06	02
"Educação Moral e Cívica" AND "Manual Didático"	0	0

Fonte: Elaboração própria a partir do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e da BDTD.

Ao examinarmos as 53 produções presentes no Catálogo da Capes e 35, na BDTD, percebemos que vários estudos se repetiam entre as duas bases e internamente nestas. Isso nos levou a realizar uma segunda etapa da pesquisa a fim de eliminá-las, restando 24 pesquisas para serem analisadas em termos de conteúdo.

Em seguida, iniciamos a terceira fase da pesquisa: fazer os *downloads* dos 24 trabalhos encontrados. Algumas pesquisas não estavam disponíveis no portal da Capes, pois eram anteriores à Plataforma Sucupira, lançada em março de 2014. Assim, procurou-se acessá-las pelo navegador *Google*, porém, havia estudos que não foram encontrados na *web*.

De posse dos trabalhos que conseguimos acessar, demos início à etapa que Bardin (2011) denomina de pré-análise, ou seja, a fase de organização do *corpus* da pesquisa. Como critério de inclusão, estabelecemos a relação direta das pesquisas com os livros didáticos de EMC, sendo estes objetos centrais dos estudos ou fontes privilegiadas para o desenvolvimento da investigação. Apesar de alguns textos deixarem isso claro nos títulos e nos resumos, em outros, só passamos a ter certeza da inclusão ou não após um exame minucioso das dissertações ou teses. Feito isso, restaram as 15 dissertações elencadas na Tabela 2.

Tabela 2: Pesquisas selecionadas para análise

Ano	IES	Área do PPG	Título	Autoria
2006	PUC/SP	Educação	A Educação Moral e Cívica e sua produção didática: 1969-1993.	Filgueiras, J. M.
2007	Unicamp	Educação	Moral e civismo nos currículos das escolas do Oeste Catarinense: memórias de professores.	Onghero, A. L.
2009	UFSCar	Educação	Educação moral e cívica na ditadura militar: um estudo de manuais didáticos.	Almeida, D. L.
2011	UEL	Ciências Sociais	Os processos de moralização na escola pública brasileira: estudo das disciplinas de Educação Moral e Cívica e de Ensino Religioso.	Nunes, N.
2012	UFS	Educação	"Amai a Pátria": o ensino da disciplina escolar Educação Moral e Cívica no Atheneu Sergipense (década de 70 do século XX).	Santos, P. B.
2015	UFPB	Educação	Representações de cidadania nos livros didáticos de Educação Moral e Cívica durante o Regime Militar brasileiro (1964-1985).	Gomides, F. P.
2015	UDESC	Educação	Signos de um ideal: livros escolares de Educação Moral e Cívica em Florianópolis na década de 1970.	Santos, M. R.
2018	UEL	Educação	Ideais de homem civilizado veiculados nos livros didáticos de Educação Moral e Cívica (1969-1986)	Gusmão, F. D. C.
2020	UFC	História	Uma questão de segurança nacional: a produção de conceitos e identidade de gênero pela disciplina de Educação Moral e Cívica (1969-1985).	Santos, M. S.
2022	IFRN	Ensino	Educar para a ordem: uma análise dos livros didáticos "Meu livro de Brasil" da disciplina Educação Moral e Cívica (EMC)	Costa, F. G. V.
2022	UEM	Educação	Educação Moral e Cívica – Organização Social e Política: uma análise da concepção presente na obra de Nélson Barbosa (vol. I – 1971).	Caetano, S. M.
2022	PUC/SP	Educação	"Vençamos o subdesenvolvimento!" O Guia de Civismo de Diniz Almeida do Valle (1968 - 1971).	Carapello, R.
2022	UNIFESSPA	História	Educação Moral e Cívica e ensino de História no Pará (Xinguara-PA, 1969-1983).	Santos, C. V. B.
2023	USP	Educação	Livro didático para todos: as políticas da COLTED e da FENAME e sua participação na criação e distribuição dos manuais escolares de Educação Moral e Cívica.	Campos, M. A. S.
2024	Unicentro	História	Os livros didáticos de Educação Moral e Cívica na década de 1970: uma análise do conceito de religião.	Potulski, D. Z.

Fonte: Elaboração a partir do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e da BDTD.

Dado o uso recorrente, ao longo deste artigo, do termo "ideológico" para caracterizar os livros didáticos de EMC, cabe, antes de apresentarmos a síntese das dissertações mapeadas, explicitar a acepção teórica aqui adotada. Partimos da formulação clássica de Marx e Engels (2001), para quem a ideologia corresponde a um sistema de representações que inverte as relações reais entre os homens e generaliza, sob a forma de interesse universal, o ponto de vista particular de uma classe. Chaui (2016) atualiza essa matriz ao definir a ideologia como um corpus de representações e normas que antecede e prescreve o que se deve pensar, agir e sentir, cuja eficácia

depende de sua capacidade de ocultar sua própria gênese, isto é, a divisão da sociedade em classes.

Gramsci (2007), nos Cadernos do Cárcere, amplia essa discussão ao mostrar que a dominação de classe não se sustenta apenas pela dissimulação ou pela coerção, mas também pelo consentimento ativo dos dominados, construído historicamente por meio de instituições como a escola, que difundem uma visão de mundo apta a produzir hegemonia, um processo sempre disputado e nunca definitivamente consolidado.

4 O QUE DIZEM OS ESTUDOS ACADÊMICOS SOBRE OS LIVROS DIDÁTICOS DE EMC?

Considerando a espacialidade, a Tabela 2 nos mostra que houve investigações sobre os livros didáticos de EMC em PPG de todas as regiões do Brasil, embora mais de 50% (8) destas tenham ocorrido no Sudeste e Sul, fato que não surpreende pois foi nessas regiões que se implantaram os primeiros PPG no Brasil, muitos dos quais atualmente considerados programas de excelência. No entanto, essa concentração regional reflete um problema mais amplo da pós-graduação brasileira, que segue marcada por desigualdades na distribuição dos PPG entre as regiões do país, apesar de sucessivos planos nacionais voltados à sua redução (CAPES, 2025).

No tocante à unidade administrativa, a Tabela 2 atesta que 13 dos 15 trabalhos selecionados são oriundos de IES públicas, revelando a predominância destas na oferta da pós-graduação. Apesar disso, conforme Tischer e Turnes (2025, p. 14), o número de PPG em IES privadas tem crescido mais que nas públicas: no período de 1998 a 2019, o setor privado cresceu 7,2 vezes, enquanto o setor público expandiu menos (2,6 vezes, nas instituições estaduais, e 3,6, nas federais).

Todas as dissertações relacionadas na Tabela 2 foram elaboradas em mestrados acadêmicos (a maioria na área de Educação), demonstrando a predominância destes na pós-graduação brasileira, apesar do grande crescimento dos PPG profissionais neste século, que passaram de 487, em 2013, para 808, em 2023, uma evolução de 60,3% (Capes, 2025).

Tecidos esses primeiros comentários sobre os resultados da pesquisa, apresentamos, a seguir, uma síntese das 15 dissertações mapeadas.

Para analisar a instituição da disciplina EMC na Ditadura Civil-Militar, Filgueiras (2006) usou documentos legislativos e livros didáticos publicados de 1970 a 1993. A

análise desse material permitiu à pesquisadora verificar aspectos constituintes da referida disciplina: objetivos e finalidades apresentados nos prefácios; os conteúdos a serem ensinados e o método de ensino e aprendizagem. Filgueiras faz um trabalho meticuloso em cada uma dessas partes e conclui que as obras, em geral, abordavam três temas principais: Civismo, Estado Brasileiro e Moral, os quais dividiam-se em subgrupos. Com isso, constatou que os autores geralmente seguiam a legislação, apesar de caso de alguns terem encontrado meios de burlar, suprimir e/ou modificar essas prescrições, sobretudo quando, no fim da Ditadura, foi enfraquecido o controle do governo. Quanto ao ensino, as docentes entrevistadas relataram práticas distintas: algumas disseram ter seguido as determinações curriculares; outras afirmaram não ter considerado o conteúdo ou o fizeram de forma crítica.

Na sua pesquisa sobre o ensino de EMC no Oeste Catarinense, Onghero (2007) comenta os conteúdos presentes nos sumários de sete livros didáticos e salienta a obediência destes à legislação. Ao entrevistar docentes que ministraram essa disciplina, percebeu que o uso desses livros, pelos alunos, era muito restrito, sendo o conteúdo geralmente copiado do texto escrito na lousa pelos professores. Quanto às aulas, alguns entrevistados afirmaram ter organizado suas aulas segundo as orientações expressas nos livros didáticos; outros narraram ter usado diferentes práticas e elaboraram seus próprios programas. Com isso, o pesquisador conclui que embora houvesse forte monitoramento com relação aos livros didáticos, houve casos em que, na prática, docentes ousaram desconsiderar tal controle.

O trabalho de Almeida (2009) contribui para a discussão sobre os livros didáticos de EMC e OSPB, visto que utilizou 20 destes em sua análise, além de registros de atas escolares do município de Fernando Prestes-SP. Segundo o pesquisador, essas disciplinas, ao reorganizarem os valores morais e cívicos, serviram como suporte para a mística nacional voltada para o binômio segurança e desenvolvimento, servindo aos interesses dominantes e auxiliando na conformação de valores morais almejados. Quanto aos livros de EMC analisados, Almeida (2009, p. 119) afirma que estes “Conservando as especificidades formais e as especificidades semânticas persuasivas, os textos dos manuais didáticos exercitaram os alunos através de estereótipos e idealizações com propósito de inculcar posturas conformistas e de consonância com o regime militar”.

Nunes (2011) estabeleceu relações entre o ensino de EMC e o religioso no tocante à formação moral dos sujeitos. Na análise de livros didáticos dessa disciplina e seus respectivos cadernos de exercícios, a pesquisadora observou a influência religiosa em

alguns capítulos. São exemplos disso: as críticas ao evolucionismo e a defesa do criacionismo; a ênfase no cristianismo como base da moral; a família cristã como modelo para a "boa" família. Concluiu que esses materiais enfatizavam os valores e as formas de comportamento concernentes a aspectos relacionados à higiene, às relações familiares, à política, à economia, à moral cristã e ao civismo que se esperava serem incutidos nos educandos.

Santos (2012) construiu uma pesquisa com foco no ensino de EMC no Atheneu Sergipense, uma instituição criada no final do século XIX, tendo como suporte teórico a História das disciplinas escolares e a História Cultural. Além de documentos legislativos e fontes do arquivo da referida instituição, a pesquisadora examinou nove livros didáticos usados na escola, sendo considerados: capas, contracapas, prefácios, índices, capítulos, exercícios propostos para os alunos e sugestões de práticas pedagógicas para os professores. Após isso, constatou o alinhamento dessas obras aos documentos oficiais "[...] mas, também, as finalidades apontadas pela sociedade à escola, como a aprendizagem de saberes e o bom comportamento de um cidadão digno de ser brasileiro" (Santos, 2012, p. 98).

Gomides (2015) buscou compreender as representações de cidadania na educação brasileira, durante o regime militar, por meio dos livros didáticos de EMC, por entender que estes foram "[...] dispositivos para controle e condicionamento da ordem social na busca por uma formação cidadã passiva e domesticada" (p. 9). Mediante o aporte teórico dos conceitos de apropriação, práticas e representações, elaborados pelo historiador Roger Chartier, Gomides concluiu que a formação de um cidadão passivo, obediente, acrítico, contribuiu para ações políticas e econômicas do Governo Militar, motivando algumas continuidades e rupturas nas representações de cidadania nos livros didáticos de EMC no período estudado. Um dos livros analisados pela pesquisadora ilustra esse ideal de forma direta, ao definir o cidadão nesses termos: "Dá-se o nome de cidadão a tôdas as pessoas que gozam de direitos civis e políticos num Estado", acrescentando que "um bom cidadão respeita as leis do seu País e as autoridades legítimas da hierarquia governamental ou da hierarquia moral a que todos estão obrigados. Sem ordem e disciplina, nenhuma nação subsiste, mas, pelo contrário, dissolve-se na anarquia" (Salgado, 1965, p. 133 e p. 114, *apud* Gomides, 2015, p. 113).

Santos (2015) buscou compreender sobre quais signos o ideal de civismo foi elaborado em três livros didáticos da disciplina EMC usados nos sistemas de ensino de Florianópolis-SC, na década de 1970. A pesquisa está embasada na História Cultural e

fundamentada em Roger Chartier, com relação à análise das representações. Conforme a pesquisadora, a intenção doutrinária não possuía um eco unívoco nas escolas, tendo em vista que os conteúdos ministrados traziam informações sobre política que poderiam ser lidos e trabalhados a partir de diferentes perspectivas, dependendo, portanto, da postura dos professores em sala de aula. Contudo, os signos disseminados na escolarização idealizavam uma sociedade pacífica, cordata, colaborativa e responsável dos seus deveres para com o progresso do país.

Na sua dissertação, Gusmão (2018) buscou compreender o ideal de homem civilizado, pensado no período da Ditadura Civil-Militar, presente em seis livros didáticos de EMC. O suporte teórico se deu a partir de autores clássicos, a exemplo de Nobert Elias, Viñao Frago, Dominique Julia e André Chervel. Conforme Gusmão, o "homem civilizado", presentes nesses manuais, era o homem cristão, trabalhador resignado, membro de uma família ligada pelo matrimônio, defensor da pátria, obediente às normas militares, possuidor de bons hábitos de higiene, controlador de suas emoções e pulsões, ordeiro, otimista com os progressos da nação, pagador de seus impostos e cumpridor de seus deveres para com as instituições. Um dos livros analisados pela autora sintetiza esse ideal de boas maneiras ao afirmar que "o homem sendo animal sociável deve procurar ser agradável no meio em que vive" (Siqueira; Bertolin, 1981, p. 27, *apud* Gusmão, 2018, p. 113).

A pesquisa de Santos (2020) objetivou compreender como o tema gênero foi mobilizado pela Ditadura, por meio da disciplina EMC, visto que a ESG e a DSN buscavam combater os chamados "comportamentos desviantes". Foram analisados livros didáticos de EMC, com destaque para a Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo, do Pe. Fernando Bastos de Ávila (1967). Este e os demais livros examinados, reforçam a imagem da família composta por um casal de homem e mulher, com seus filhos, ambos com sua função: o homem deve ser provedor, protetor e defensor de sua família; a mulher deve manter sua família "feliz e indissolúvel", "cultuando os sentimentos religiosos e as virtudes cívicas". A finalidade do matrimônio é a formação e a manutenção da família, e esta é uma escola de formação cívica. Um dos livros analisados pela autora ilustra esse ideal de forma direta: "Em todos os tempos, o matrimônio — que é o fundamento da família — sempre se revestiu de um caráter solene e mesmo sagrado, fato que mostra a seriedade com que o homem encara a Instituição Familiar" (Costa; Moschini; Paixão, s/d, p. 189, *apud* Santos, 2020, p. 137).

A pesquisa desenvolvida por Costa (2022) teve como foco dois livros didáticos de EMC da coleção “Meu livro de Brasil”, publicados por Rachel de Queirós e Nilda Bethlen. Seu objetivo era compreender como essas obras contribuíram para o ensino de conteúdos alinhados aos pressupostos do governo militar. Costa considerou que os conteúdos dos livros analisados (patriotismo, símbolos nacionais, valores, família, desenvolvimento, dentre outros temas) estavam diretamente voltados à regulação dos comportamentos dos sujeitos, desde sua infância, com fins de construir cidadãos pacíficos, ordeiros e obedientes. Um dos exercícios analisados pela autora ilustra bem essa estratégia pedagógica: ao solicitar que a criança respondesse por escrito a perguntas como “por que você gosta tanto dos seus pais?” ou “por que você é muito importante para a sua família?”, o livro induzia respostas já alinhadas ao conteúdo trabalhado, sem espaço para uma reflexão autônoma da criança sobre sua própria família (Bethlem; Queiroz, 1977, *apud* Costa, 2022, p. 76).

Caetano (2022) analisou livros de EMC, publicados por Nélson Barbosa, em 1971, voltados para alunos da 8ª série do então 1º grau. Trata o livro didático como uma fonte primária que permite observar o contexto socio-histórico em que foi produzido, as influências do autor e qual público pretende alcançar. A análise, fundamentada no materialismo histórico-dialético, constatou a contribuição dos livros estudados para a consolidação da hegemonia, pois os conteúdos abordados apresentam uma ideia fixa sobre cada assunto, impedindo questionamentos. Para a autora, o material exclui as contradições e separa a significação dos conceitos em relação ao teor político, crítico e histórico.

Carapello (2022) examinou o “Guia de Civismo”, publicado em 1971, por Diniz Almeida do Valle, classificado, em primeiro lugar, em concurso realizado pelo MEC. Mediante uma pesquisa documental, a pesquisadora procurou inicialmente compreender como se realizou tal concurso para a elaboração e publicação do Guia de Civismo e a intervenção dos intelectuais envolvidos nas comissões organizadora e julgadora. Na análise da obra, que se tornou um documento orientador para professores de EMC, no 2º grau, observou que as ideias sobre juventude, segurança e desenvolvimento tiveram ampla influência da ESG. Além disso, o Guia mobilizava a juventude ao trabalho pelo “Brasil Grande”, tinha os EUA como modelo a ser seguido, e reforçou a propaganda do governo, ao defender que a “revolução” de 1964 estava levando o Brasil a consolidar a democracia e dar saltos no desenvolvimento. O próprio prefácio do documento, assinado

pelo então Ministro da Educação Jarbas Passarinho, expressa esse ideal em tom exaltado:

> [...] o culto à Pátria, que, no caso brasileiro, encontra, na História e no ambiente, nos céus, na terra e no subsolo, toda uma inexaurível fonte de salutares incentivos [...] providencialmente dotado de inatas aptidões à altura dos destinos do Brasil Grande, de cuja realidade nos vamos aproximando em ritmo acelerado, para colocarmo-nos definitivamente ao nível das potências mundiais de primeira grandeza (Passarinho, 1971, *apud* Carapello, 2022, p. 74).

Santos (2022) analisou como se deu o ensino de EMC na cidade de Xinguara-PA. Além do uso de variados documentos (leis, decretos, Regimento Educacional, diários de classe de EMC) foi examinado o livro didático intitulado *Estudos Sociais do Pará e Educação Moral e Cívica*, voltado para o 1º grau, adotado em escolas públicas estaduais, em 1974. A pesquisadora analisou o texto, as imagens e os símbolos presentes na obra a fim de compreender as representações e práticas mobilizadas pelo estado ditatorial. Concluiu que os documentos procuraram seguir as normas estabelecidas pelo governo federal e deu destaque aos heróis nacionais e locais. Um exemplo disso é a narrativa sobre Francisco Xavier da Veiga, conhecido como Cabralzinho, no episódio do ataque francês à vila do Amapá, área contestada entre Brasil e França desde 1841. Segundo o relato, em 1895:

> [...] os amapaenses deram uma demonstração de bravura e patriotismo. [...] Cabralzinho [...] conseguiu desarmar o oficial francês, matando-o com sua própria arma [...]. Pouco depois, Cabralzinho retornou ao Pará, onde viveu humildemente, morrendo pobre, como a maioria dos heróis (Hage; Matos; Filho, 1974, p. 84-85, *apud* Santos, 2022, p. 124).

Em sua dissertação, Campos (2023) enfocou o papel da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) e da Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) na produção e distribuição desse material escolar com fins de difundir a ideologia do regime militar. O estudo se pautou em análises de fontes relacionadas à legislação educacional da época, às políticas curriculares e à análise de livros didáticos de EMC. Os livros examinados tinham conteúdos ideologicamente alinhados à Ditadura Civil-Militar com o claro objetivo de moldar os estudantes de acordo com os valores do governo. Portanto, a sua distribuição era um mecanismo chave para a penetração da ideologia do regime nas salas de aula e na educação dos jovens. A pesquisadora aponta como limitações do seu estudo a falta de dados precisos sobre o impacto real desses materiais na formação dos estudantes.

O estudo mais recente encontrado sobre os livros didáticos de EMC é a dissertação de Potulski (2024). Foram analisados dez destes, publicados na década de

1970, com a finalidade de conhecer as concepções sobre religião abordadas e a construção dos diálogos entre os conceitos relacionados nos livros, como a moralidade, a espiritualidade, o civismo, e a noção de Deus. Baseada em Roger Chartier e Alain Choppin, a pesquisadora compreendeu o livro didático como um "objeto cultural complexo" e um mecanismo de propagação de ideologias e culturas, não sendo, portanto, neutro em seus discursos. Concluiu que as obras analisadas tinham uma função ideológica que se alinhava à construção de uma identidade religiosa brasileira naquele momento histórico, predominantemente católica, não considerando quase que integralmente as influências indígenas e africanas. Um dos livros examinados pela autora chega a hierarquizar os valores religiosos acima dos demais, ilustrando essa hierarquia com o exemplo de mártires cristãos que, ao longo da história, preferiram a morte a "abjurar uma verdade religiosa" (Teles, 1977, p. 99-100, apud Potulski, 2024, p.120).

Ao considerarmos a distribuição temporal das dissertações mapeadas (2006-2024), nota-se uma variação nos referenciais teóricos mobilizados, ainda que não se configure uma ruptura ou uma tendência evolutiva linear. Os primeiros trabalhos (Filgueiras, 2006; Onghero, 2007; Almeida, 2009) privilegiam uma abordagem descritivo-documental, centrada no conteúdo dos livros didáticos e em depoimentos de docentes que atuaram no período. A partir da década seguinte, alguns estudos passam a incorporar aportes teóricos mais específicos, como as noções de apropriação e representação formuladas por Roger Chartier (Gomides, 2015; Santos, 2015) e a concepção de livro didático como objeto cultural complexo, de Alain Choppin (Potulski, 2024). Apenas um dos trabalhos mapeados, o de Santos (2020), mobiliza explicitamente a categoria de gênero como chave analítica. Referenciais como os da Análise do Discurso ou dos Estudos Decoloniais, contudo, não comparecem nas pesquisas selecionadas, mesmo entre as mais recentes, o que sugere um campo ainda pouco permeável a esses debates teóricos contemporâneos.

Quanto à dimensão regional, embora a Tabela 2 evidencie a concentração das pesquisas nas regiões Sudeste e Sul, não identificamos, no conjunto das dissertações analisadas, diferenças substantivas de abordagem teórico-metodológica associadas à região de origem do PPG: as pesquisas realizadas no Norte e no Nordeste (Costa, 2022; Santos, 2022) recorrem a estratégias de análise documental semelhantes às adotadas nas regiões de maior concentração de programas. A distinção regional observada neste estado do conhecimento diz respeito, portanto, à desigualdade na distribuição institucional

dos PPG — já discutida anteriormente —, e não a diferenças de enfoque teórico ou metodológico entre as pesquisas.

Em face do exposto, as 15 dissertações que analisaram livros didáticos da disciplina EMC mostram que estes se encontravam estreitamente alinhados aos ideários previstos no Decreto-Lei nº 869/1969, que estabeleceu as principais finalidades do ensino e da prática educativa para essa disciplina. Assim, alguns elementos resumem as discussões presentes nesses textos, quais sejam: o civismo e o patriotismo como meios para valorizar a nação; as ações do Estado para a legitimação da Ditadura; a disseminação de princípios moralizantes para definir o "bom comportamento" e controlar os corpos; a hegemonia da moral cristã estabelecida pelo catolicismo; o reforço dos papéis de gênero presentes há séculos nas famílias nucleares e patriarcais; o uso de estratégias discursivas e didáticas para realçar a importância da formação do "bom cidadão". Apesar disso, é preciso lembrar que, mesmo não sendo esta a prática mais comum, algumas pesquisas realçaram casos de docentes resistentes aos conteúdos da disciplina, deixando de abordá-los ou tratando-os de modo diferente do prescrito.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, mapeamos e analisamos a produção acadêmica nos PPG acerca dos livros didáticos da disciplina EMC, tornada obrigatória na Ditadura Civil-Militar.

Um dos elementos mais recorrentes nas dissertações é a centralidade dos temas cívicos. Os livros didáticos enaltecem a nação, seus símbolos e a figura do "bom cidadão", ou seja, um sujeito obediente, ordeiro e colaborativo com o progresso nacional. A educação cívica estava diretamente vinculada à legitimação da autoridade do Estado e à conformação de comportamentos socialmente desejados, sem espaço para a crítica política ou a pluralidade de ideias, logo, mediante esses manuais, reforçava-se a construção de uma cidadania passiva.

Em suas pesquisas, os autores, direta ou indiretamente, ressaltam que esses materiais didáticos produziam narrativas legitimadoras do golpe de 1964 e da ditadura instalada, obviamente mascarados por termos enobrecedores desse fato, como "Revolução Democrática de 1964", comemorada anualmente. A ênfase nos binômios "Segurança e Desenvolvimento" e "Ordem e Progresso" reforçava a ideia de que o cidadão deveria colaborar com os objetivos do Estado e evitar qualquer atitude considerada "subversiva". Assim, os manuais escolares se constituíram em instrumentos de propaganda política, ao mesmo tempo em que silenciavam sobre desigualdades,

conflitos sociais e violações de direitos humanos. A influência ideológica dos Estados Unidos, presentes nos livros didáticos de EMC, não só “protegia” os jovens da suposta ameaça do comunismo, mas também inculcava nestes o sonho de viver em um país como aquele da América do Norte.

Os manuais prescreviam os comportamentos morais que a sociedade deveria ter: obediência, trabalho, respeito à autoridade e autocontrole. O “bom aluno” e o “bom cidadão” eram apresentados como figuras disciplinadas, com condutas reguladas tanto no espaço público quanto privado. A educação moral proposta era normativa e homogênea, reduzindo a diversidade cultural, religiosa e política a um único modelo de virtude cívica e moral.

No entanto, é importante destacar que os princípios morais estavam vinculados a valores cristãos e católicos. Baseada nestes, a “família cristã” aparecia como modelo normativo, enquanto religiões afro-brasileiras e indígenas eram praticamente ausentes. Essa invisibilização revela o caráter excludente que esses grupos sociais sempre tiveram na história do Brasil, sendo as suas manifestações geralmente associadas ao folclore ou a práticas demoníacas.

A tônica dada à família nuclear põe em debate a temática de gênero nos livros de EMC. A mulher era representada como mãe e cuidadora, guardiã da moral doméstica e religiosa; o homem, como provedor e protetor da família. A família heteronormativa era apresentada como base moral da sociedade e núcleo formador de cidadãos disciplinados. Essa configuração discursiva reforçava papéis de gênero tradicionais, alinhados a valores conservadores, ao passo que condenava outras formas de organização familiar que não se adequassem a esse padrão.

Além dos conteúdos, as dissertações analisadas mostram que os livros de EMC empregavam estratégias pedagógicas específicas para garantir a eficácia ideológica, a saber: textos normativos e sem margem para interpretações alternativas; exercícios que induziam respostas pré-definidas e reforçavam valores oficiais; uso de imagens do “Brasil Grande” e dos símbolos nacionais; representações de civismo e patriotismo.

Considerando que o discurso é um meio para construir, manter e exercer o poder, ao mesmo tempo que o poder molda os discursos, não surpreende o fato de o governo controlar os livros didáticos desde o seu texto inicial, submetido à censura do órgão competente até a sua distribuição, feita pela COLTED e FENAME. Logo, uma pedagogia da obediência, que não se restringia ao conteúdo, atravessava também a escrita e a circulação dos materiais didáticos.

Embora os manuais tivessem caráter prescritivo, alguns estudos revelaram que as práticas docentes nem sempre foram homogêneas. Houve professores que seguiram fielmente os conteúdos oficiais, mas também aqueles que reinterpretaram, criticaram ou subverteram discretamente as narrativas dos livros. Essa tensão evidencia que esse material, embora fosse instrumentos de controle, não determinavam de modo absoluto a prática pedagógica. Eles eram apropriados de maneiras diversas, dependendo do contexto político local, das condições escolares e das posições dos docentes.

Por fim, a recorrência dos estudos acadêmicos sobre a disciplina EMC, tornada obrigatória há mais de meio século e extinta há mais de três décadas, mostra a importância de não se esquecer de sua existência, haja vista a “volta”, neste século, de discursos que buscam reabilitar, sob nova roupagem, princípios de ordem, disciplina e moralização característicos do período ditatorial.

O Brasil, nas últimas décadas, tem assistido a um significativo fortalecimento da extrema direita, fenômeno que se insere em uma tendência mais ampla de avanço de forças políticas autoritárias em escala internacional (Mudde, 2022) e latino-americana (Mechi; Dulci, 2023), com desdobramentos históricos e diagnósticos específicos no caso brasileiro (Narcizo, 2020). Nesse cenário, os atos de 8 de janeiro de 2023, quando manifestantes invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes em Brasília, configuraram uma tentativa deliberada de ruptura institucional contra o resultado das eleições presidenciais de 2022, amplamente reconhecida como um dos episódios mais graves de ataque à democracia desde a redemocratização. Some-se a isso a defesa, por setores dessa mesma extrema direita, do retorno do ensino de EMC ou de disciplinas similares — como o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, criado em 2019 — sob justificativas como a "manutenção da ordem" e a "salvaguarda da moral e dos bons costumes" (Amaral; Castro, 2020).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Djair Lázaro de. **Educação Moral e Cívica na Ditadura Militar***:* um estudo de manuais didáticos. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

AMARAL, Daniela Patti do; CASTRO, Marcela Moraes de. Educação moral e cívica: a retomada da obrigatoriedade pela agenda conservadora. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 50, n. 178, p. 1078-1096, out./dez. 2020. https://doi.org/10.1590/198053147129

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Porto: Edições 70. 2011.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969**. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Brasília-DF, 1969. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html Acesso em: 15 out. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 68.065, de 14 de janeiro de 1971**. Regulamenta o Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Brasília-DF, 1971a. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68065-14-janeiro-1971-409991-publicacaooriginal-1-pe.html Acesso em: 15 out. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. Brasília-DF, 1971b. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html Acesso em: 15 out. 2025.

CAETANO, Suzane Meneses. **Educação Moral e Cívica – Organização Social e Política**: uma análise da concepção presente na obra de Nélson Barbosa (vol. I – 1971). 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2022.

CAMPOS, Miria Aparecida da S. **Livro didático para todos**: as políticas da COLTED e da FENAME e sua participação na criação e distribuição dos manuais escolares de Educação Moral e Cívica. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

CAPES. **Plano Nacional de Pós-Graduação (2025-2029)**. Brasília-DF, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/14072025_PNPG_20252029_FINALV3.pdf Acesso em: 18 out. 2025.

CARAPELLO, Raquel. **"Vençamos o subdesenvolvimento!"** O Guia de Civismo de Diniz Almeida do Valle (1968 - 1971). 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2022.

CARVALHO NETO, Eulália Raquel G. de. O livro didático e as teorias pedagógicas. **Holos**, Natal, v. *6*, p. 402-414, 2015. https://doi.org/10.15628/holos.2015.2602

CHAUI, Marilena de Souza. Ideologia e educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 245-257, jan./mar. 2016. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022016420100400. Acesso em: 21 jul. 2026.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, v.2, p. 177-229, 1990. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/269746482_Historia_das_disciplinas_escolares_reflexao_sobre_aspectos_teorico-metodologicos_de_uma_pratica_historiografica Acesso em: 18 out. 2025.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v.*30*, n. 3, p. 549-566, 2004. https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000300012

COSTA, Francisca Geise V. **Educar para a ordem**: uma análise dos livros didáticos "Meu livro de Brasil" da disciplina Educação Moral e Cívica (EMC). 2022. Dissertação (Mestrado em Ensino) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2022.

COSTA, Francisca Geise V.; SOUZA, Francisco das Chagas S.; SILVA, Francisco Vieira da. **A disciplina educação moral cívica na ditadura militar no Brasil: uma análise de capas de manuais didáticos. Anuario de Historia de la Educación**, Buenos Aires, v.*22*, n. 2, p. 46-61. 2021. Disponível em: https://www.saiehe.org.ar/anuario/revista/article/view/15 Acesso em: 18 out. 2025.

CRUZ, Maury Rodrigues da. **Antecedentes e perspectivas da Educação Moral e Cívica**. Curitiba: Editora UFPR. 1982.

CUNHA, Luiz Antonio; GÓES, Moacyr. **O golpe na educação**. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **A educação moral e cívica e sua produção didática: 1969-1993**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

GOMES, Marco Antonio de O.; NASCIMENTO, Yasmim Baptista do. Estado, economia e educação na ditadura civil-militar: a educação moral e cívica para a manutenção da ordem. **Revista Cocar**, Santarém, v. 15, n. 33, 2021. Disponível em: https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4333. Acesso em: 18 out. 2025.

GOMIDES, Fernanda de Paula. **Representações de cidadania nos livros didáticos de Educação Moral e Cívica durante o regime militar brasileiro (1964-1985)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. Vol. 3. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUSMÃO, Daniele Cristina F. **Ideais de homem civilizado veiculados nos livros didáticos de Educação Moral e Cívica (1969-1986)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

JACOMELI, Mara Regina M. A Lei 5.692 de 1971 e a presença dos preceitos liberais e escolanovistas: os estudos sociais e a formação da cidadania. **Revista Histedbr online**, Maringá, v.10, n. 39, p. 76-90, 2010. https://doi.org/10.20396/rho.v10i39.8639718

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, v.*1*, n. 1, p. 9-43. 2001. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38749 Acesso em: 18 out. 2025.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MUDDE, Cas. **A extrema direita hoje**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

MECHI, Patrícia Sposito; DULCI, Tereza M. Spyer (Orgs.). **Extrema-direita e neoconservadorismo na América Latina e no Caribe**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023.

MUNAKATA, Kasumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 12, n. 3, p. 179-197, 2012. http://dx.doi.org/10.4322/rbhe.2013.008

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2021.

NARCIZO, Makchwell Coimbra (Org.). **A extrema direita e o poder**: histórico, diagnóstico e perspectivas. Rio de Janeiro: Eulim, 2020.

NUNES, Nataly. **Os processos de moralização na escola pública brasileira**: estudo das disciplinas de Educação Moral e Cívica e de Ensino Religioso. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

ONGHERO, André Luis. **Moral e civismo nos currículos das escolas do oeste catarinense**: memórias de professores. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

POTULSKI, Débora Zai. **Os livros didáticos de Educação Moral e Cívica na década de 1970**: uma análise do conceito de religião. 2024. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, 2024.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37–50, 2006. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/24176. Acesso em: 12 out. 2025.

SANTOS, Cláudia Vanessa B. **Educação Moral e Cívica e ensino de História no Pará (Xinguara-PA, 1969-1983)**. 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2022.

SANTOS, Márcia Regina dos. **Signos de um ideal**: livros escolares de Educação Moral e Cívica em Florianópolis na década de 1970. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SANTOS, Marcela Souza. **Uma questão de segurança nacional**: a produção de conceitos e identidade de gênero pela disciplina de Educação Moral e Cívica (1969-1985). 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

SANTOS, Patrícia Batista dos. **Amai a Pátria**: o ensino da disciplina escolar Educação Moral e Cívica no Atheneu Sergipense (década de 70 do século XX). 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2012.

SEPÚLVEDA, João Antonio. M. **O papel da Escola Superior de Guerra na projeção do campo militar sobre o campo educacional**. 2010. Tese. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Marco Antônio. A fetichização do livro didático no Brasil. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/wNQB9SzJFYhbLVr6pqvp4wg/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 10 out. 2025.

TISCHER, Wellington; TURNES, Valério Alécio. Expansão da Pós-Graduação ou concentração da excelência? Desigualdades regionais persistentes no Brasil. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 19, n. 40, p. 1-31, 2025. https://doi.org/10.21713/rbpg.v19i40.2110

VAHL, Mônica Maciel; PERES, Eliane. O Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (1971-1976). **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 164, p. 562-585, 2017. http://dx.doi.org/10.1590/198053143792